

## Eleições Europeias 2024:

**Agora, mais do que nunca, precisamos de reforçar o modelo social europeu e que o combate à pobreza seja um compromisso de todos!**

**Os direitos humanos têm de ser reforçados, através de políticas sociais mais fortes que promovam o bem-estar e a coesão social.**

*Na aproximação às eleições europeias, a importância da “unidade” que Jacques Delors sempre defendeu ganha um novo significado. As eleições não são um mero evento político. São um espaço de reflexão sobre o quanto a UE avançou e são um momento definidor para o futuro da Europa e de Portugal. Muito se fez nestes últimos anos: a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, a Garantia para a Infância, a orientação para a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Mas ainda não é suficiente para construir uma Europa mais social e livre de pobreza. As pessoas que vivem em situação de pobreza, as comunidades ciganas, os migrantes e tantos outros vivenciam cada vez mais situações de vulnerabilidade. Continuam a existir cidadãos europeus de primeira e de segunda.*

***A pobreza é transversal a todos os países e necessita de uma orientação muito precisa e concertada. Esta é claramente uma preocupação dos cidadãos.***

No último Eurobarómetro da primavera dedicado à *Democracia* a um ano das eleições europeias, os cidadãos portugueses apontavam a *Democracia*, a *Solidariedade entre os Estados membros e entre as suas regiões* e a *proteção dos Direitos Humanos a nível da UE e a nível mundial* como valores prioritários a serem defendidos pelo Parlamento Europeu. Não é, por isso, de estranhar que, nos tópicos indicados para serem tratados como prioritários no Parlamento, os cidadãos apontassem a ***Luta contra a Pobreza***, logo seguido do *apoio à nossa economia e criação de novos empregos* e a *saúde pública*. Os valores a defender e as prioridades de âmbito mais social estão bem presentes na opinião das pessoas, o que revela que estas estão preocupadas com os resultados que têm sido alcançados nestes últimos anos.

---

***Os dados apontam números alarmantes de pobreza e exclusão social na Europa – 95.3 milhões. Um número que sabemos poder ser bem superior, pois os desafios dos últimos anos têm fragilizado a vida das pessoas.***

---

É igualmente um número que revela o fracasso (ou a debilidade) das iniciativas implementadas nos últimos anos e que visavam a redução da pobreza e não o seu aumento. Desde que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi proclamado em 2017 que a Europa passou por uma pandemia, pelo início de novas guerras e pelo

agravamento das condições de vida das pessoas. As próximas eleições europeias de 9 de junho ficam praticamente a meio do cumprimento do plano de ação do Pilar e das metas por este estabelecidas. Tememos que a próxima agenda social não seja uma prioridade e seja fragilizada por outras prioridades como a segurança e a política orçamental. É importante lembrar que os desafios enfrentados nos últimos anos trouxeram impactos adicionais às vulnerabilidades já existentes. Importante lembrar que a **pobreza tem causas estruturais** e as crises agravam as mesmas, debilitando, por um lado, aqueles que já viviam numa situação frágil e, trazendo, por outro lado, novos rostos e famílias para situações de pobreza.

---

***Aos candidatos que se apresentam às Eleições Europeias de 2024, a EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal apela a que o combate à pobreza assuma um papel central nas suas propostas. Há pessoas e partidos que cada vez mais deixam de lado a palavra pobreza, mas as palavras têm poder e isso diz muito das propostas que apresentam e da sociedade que querem construir.***

---

Há compromissos assumidos por Portugal do ponto de vista social que precisam de ser reforçados e cumpridos ao nível nacional e europeu. A EAPN Portugal considera ainda que **as propostas devem ter como principal foco a melhoria efetiva das condições de vida das pessoas, que se deve investir no apoio e acompanhamento social, com medidas preventivas e uma visão holística de intervenção nas áreas do bem-estar, com menos burocracia e mais próxima das pessoas, visando o seu desenvolvimento integral.** Temos de ser firmes e exigir uma Europa para todos em que impere a **equidade**.

Em Portugal, celebra-se este ano os 50 anos de Democracia, uma Democracia que continua a promover desigualdade e narrativas que promovem a discórdia em vez da união. As pessoas mais vulneráveis continuam mais vulneráveis. Temos de ter a coragem de dizer basta e **investir em modelos alternativos que possam de uma vez por todas garantir a equidade e romper com os ciclos de pobreza.** Precisamos de investir em modelos de intervenção que tenham presente que as pessoas são pessoas na sua integralidade e que numa sociedade cada vez mais plural não podemos ignorar, esquecer e desvalorizar a singularidade de todos nós. Este é o tempo oportuno para olharmos a realidade, a de cada um, a de todos, a das nossas comunidades, de um modo que permita vislumbrar sinais de esperança que nos façam ousar as transformações que sabemos ser necessárias.

Há que reverter o descontentamento por parte dos cidadãos europeus face ao contexto atual por isso a EAPN Portugal considera que é necessário investir em alguns pontos essenciais:

### **Combater as causas da pobreza e reduzir as desigualdades**

A pobreza é multidimensional nas suas causas e nos seus efeitos (psicológicos, sociais, económicos e culturais). Exige, por isso, respostas multidimensionais que envolvam, por um lado, responsabilidade e compromisso político a diferentes níveis: micro, meso e macro. E, por outro lado, o envolvimento das organizações de âmbito público, privado, não governamental e os próprios cidadãos.

As causas da pobreza estão diagnosticadas: desemprego e precariedade laboral, baixos salários, desadequada proteção social e mínimos de proteção insuficientes, desigualdade intergeracional e fraca mobilidade social, desigualdade no acesso aos serviços (saúde, habitação, energia, educação e formação, cultura, justiça), discriminação, desigualdade social e de oportunidades. Na base destas causas está um modelo de

desenvolvimento económico e social que não garante efetivas condições de equidade entre pessoas e entre territórios e que não promove um pensamento coletivo que valorize a solidariedade e o investimento no bem comum. No entanto, atuar nestas causas implica definir políticas e medidas de prevenção e políticas e medidas de mitigação. O que temos verificado ao longo dos anos é que se aposta mais na mitigação do que na prevenção, levando a que os números da pobreza pouco se alterem e que não sejam criadas as condições necessárias de resistência e resiliência que previnem situações de pobreza mesmo nos momentos de crise.

A multidimensionalidade da pobreza exige que na sua medição e diagnóstico se considere não só a dimensão económica, mas também a dimensão material, social e mesmo pessoal. É, por isso, necessário melhorar os indicadores para estes darem conta da multidimensionalidade da pobreza.

### ***Elevar a voz da sociedade civil e das pessoas em situação vulnerável***

Qualquer processo de erradicação da pobreza que não se centre nas pessoas em situação de pobreza é insuficiente e corre o risco de não ser bem-sucedido. A participação das pessoas e das entidades da sociedade civil é central para a procura de soluções no combate à pobreza, mas também para monitorizar e avaliar as medidas de políticas implementadas. Neste sentido, é importante criar processos e mecanismos contínuos de auscultação e participação das pessoas e das entidades. A informação e a capacitação dos diferentes atores são centrais para que os processos participativos sejam eficazes e tenham resultados.

### ***Uma Economia ao serviço das pessoas***

As políticas económicas têm um impacto ao nível social de grande relevância. O que temos vindo a verificar é que nem sempre as preocupações sociais estão na base da definição dessas políticas, o que origina situações de desigualdade e injustiça e perpetua ou agrava a pobreza. É necessário defender um modelo económico que priorize o bem-estar social, a igualdade de oportunidades e a melhoria das condições de vida de toda a sociedade. Em situações de crise económica é central proteger as pessoas mais pobres, pois estas sofrem de forma mais intensa as consequências da crise e ficam mais vulneráveis face às medidas de austeridade que são implementadas.

Para chegarmos a uma Europa social, livre de pobreza, a UE deve alocar recursos e fixar objetivos ambiciosos. A justiça fiscal, o combate à fraude fiscal e ao branqueamento de capitais são outros instrumentos essenciais para a redistribuição e para financiar Estados-providência sustentáveis.

É de salientar que o agravamento da pobreza é um risco à coesão social e económica de um país e tem um impacto significativo na Democracia.

A presente crise deixa-nos o alerta para a necessidade de colocar de novo na agenda política estas questões e abre caminho para a construção de uma real democracia económica, capaz de assegurar em simultâneo, eficiência na utilização responsável dos recursos e repartição equitativa dos bens alcançados. Neste ponto em particular, propomos:

- Que os governantes se empenhem em dar um perfil renovado aos sistemas económicos e sociais no mundo, e tenham consciência que o primeiro capital a preservar e a valorizar é o ser humano, a pessoa, na sua integridade;

- Que os decisores políticos assumam um papel preponderante na adoção de políticas socialmente mais responsáveis, que promovam a igualdade e o acesso de todos aos serviços (saúde, habitação, proteção social, educação).
- Uma redistribuição mais equitativa dos recursos e da riqueza, que deverá ser tomada em consideração tanto na conceção das políticas económicas e fiscais como das sociais.
- Maior investimento nas políticas de combate à evasão fiscal, nomeadamente junto das grandes fortunas, e de branqueamento de capitais;
- Um novo espírito empresarial com um significado mais polivalente, ou seja, em que a gestão da empresa não possa ter em conta unicamente os interesses dos detentores do capital, mas preocupar-se também com todos aqueles que contribuem para a vida da empresa: os trabalhadores, os clientes, os fornecedores e a comunidade onde está implementada e onde opera.
- Incentivar a expansão da economia social e solidária, dando forma e organização a iniciativas económicas que persigam fins mutualistas e sociais, alicerçadas em noções de justiça, equidade, responsabilidade social e ambiental. Este incentivo deve traduzir-se em incentivos fiscais e reduções de taxas de juro para empréstimos.

### ***Reforçar a Democracia e a confiança política***

A Democracia está em risco. As pessoas não se sentem representadas nas instâncias políticas de tomada de decisão e não sentem que os desafios que enfrentam estejam no centro das preocupações políticas. O desagrado, a desconfiança e a pouca esperança no futuro são bastante visíveis nos momentos eleitorais e refletem-se na abstenção ou então nos votos em partidos mais extremados. É fundamental haver mais transparência nos processos de decisão, um combate efetivo à corrupção e tráfico de influências e uma melhor capacidade de informar os cidadãos sobre as políticas implementadas e o impacto que têm nas suas vidas.

### ***Defender um pacto europeu pela erradicação da pobreza***

Continua a não existir ao nível europeu uma resposta única, coordenada, de combate à pobreza materializada no que sempre defendemos: uma Estratégia Europeia que enfrente as causas estruturais da pobreza, inclua medidas preventivas e promova os direitos de todas as pessoas. A EAPN Portugal sempre defendeu que a erradicação da pobreza ultrapassa em muito as competências nacionais e precisamos de ter uma resposta coordenada neste sentido.

---

*É imperativo que exista um amplo consenso social e político, por toda a União Europeia, sobre a visão que queremos para o futuro. A EAPN Portugal considera que **é agora o momento de implementar mudanças estruturais a longo prazo e de colocar as pessoas no centro das políticas.***

---